

PLANO DE GOVERNO PARA O MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Coligação: Unidade Popular por Estância

Federação PSOL / REDE, Federação Brasil da Esperança - PT / PV / PCdoB



Plano de Governo para o Município de Estância elaborado e consolidado coletivamente após amplos debates públicos com o Povo Estanciano, incluindo empreendedores, profissionais liberais, sindicatos, associações e lideranças comunitárias, organizações não-governamentais, juventude, ativistas dos direitos humanos outros segmentos partidários, democráticos, populares.

Márcio Souza Santos Candidato a Prefeito

José Dominginhos Machado Soares Candidato a Vice Prefeito

Estância/SE

2024

INTRODUÇÃO

O que é o Plano de Governo Municipal?

O Plano de Governo é o documento que reúne as propostas defendidas por candidatos a Prefeito, Governador e Presidente da República. Essas propostas são fruto das linhas políticas de cada grupamento político e devem guardar correlação com as competências constitucionais do Ente Federativo (Município, Estado, Distrito Federal ou União).

Para as Eleições Municipais 2024, levando em consideração a Constituição Federal do Brasil, a Constituição Estadual do Estado de Sergipe e a Lei Orgânica do Município de Estância, que definem os temas de nossa competência, a **Coligação “Unidade Popular por Estância” (PSOL / REDE / PT / PV / PV / PCdoB)** tem enorme satisfação de oferecer à apreciação do Povo Estanciano nossas propostas para os problemas e entraves existentes no Município.

A apresentação do Plano de Governo é uma exigência da legislação eleitoral desde 2009, como requisito para o registro da candidatura para o Poder Executivo, devendo ser apresentado à Justiça Eleitoral. Por respeito ao Povo de Estância, a **Coligação “Unidade Popular por Estância” (PSOL / REDE / PT / PV / PV / PCdoB)** antecipou a confecção e a apresentação deste Plano para dar tempo suficiente de você conhecer os detalhes de nossas propostas.

Construção do Plano de Governo Municipal “Unidade Popular por Estância”

A construção deste Plano de Governo se deu de modo democrático e coletivo, se deu através de contribuições não presenciais e presenciais conseguidas por interação

junto às redes sociais, reuniões e debates virtuais promovidos por diversos representantes da sociedade civil organizada.

1ª PARTE – DIAGNÓSTICOS

PARA ENTENDER OS PROBLEMAS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Abordagem estatística concreta dos temas locais a seguir

Neste capítulo trataremos tecnicamente dos problemas que atingem nossa população urbana, rural e litorânea, cuja responsabilidade é do Poder Executivo Municipal. É necessário que a população entenda minimamente as raízes desses problemas para podermos acompanhar as soluções aqui propostas, bem como para sugerir alternativas.

Como é sabido, o Município passa por uma fase de paralisia governamental diante de uma série de problemas enfrentados diariamente pelo Povo Estanciano. Dentre eles, elencamos pontos centrais do cenário local, para fazer uma análise acurada das deficiências da atual Gestão.

Temas de interesse do Povo Estanciano como (i) Desemprego, (ii) Violência e Criminalidade, (iii) Saúde Pública Precária, (iv) Falta de Saneamento Básico adequado, (v) Inadequação da Transparência Pública, (vi) Deficiências estruturais da Mobilidade Urbana, (vii) Preocupação com o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e (viii) Debilidades da Educação Pública e das Creches; e (ix) Necessidade de Desenvolver o Nosso Município, foram objeto de análise detalhada a seguir. Os demais assuntos e competência locais estão dispostos no próximo capítulo.

Desemprego

O Desemprego é sem sombra de dúvida uma das principais preocupações das famílias estancianas. Cientes disso, propomos uma série de medidas capazes de fomentar mais oportunidades de trabalho e criação de empregos e renda.

O Município de Estância é um dos mais importantes Polos Econômicos do Estado de Sergipe. Nos últimos 10 anos sempre esteve entre os 05 Municípios com maior capacidade de geração de riqueza.

Atualmente Estância, de acordo com estudo publicado pelo IBGE, no ano de 2021, tem agora o 6º maior Produto Interno Bruto do Estado, considerando que no ano de 2016, ocupava a 4ª colocação, houve uma clara detração, fruto da falta de política de fomento do crescimento.

Porque os Estancianos sofrem tanto com o desemprego?

A resposta é bastante simples, apesar da complexidade dos processos econômicos e das cadeias produtivas: falta de fomento público Municipal para utilizar o cenário econômico a favor do Povo Estanciano. Inexistem políticas públicas da atual Gestão capazes de transformar esses números positivos em renda e qualidade de vida concreta para Nosso Povo.

Faltam, por exemplo, medidas administrativas para utilizar a mão-de-obra estanciana qualificada oriunda das Universidades, IFS, Senai e outros centros de formação educacional e profissional.

Outro ponto-chave da engrenagem econômica estanciana passa pela integração geoeconômica das Zonas Rural e Litorânea à Zona Urbana, facilitando a livre circulação de bens e serviços e a geração de renda nos mais diversos segmentos da economia local. Para isso seria necessário a atual Gestão ter feito investimentos maciços na infraestrutura de trânsito e transportes no Município, dentre outras medidas estruturais de organização de economia local.

Violência e Criminalidade

Há seguimentos sociais que, por estarem mais vulneráveis a situações de violência, precisam de olhar especial por parte do Poder Público. Os dados recentes do Atlas da Violência, elaborado pelo Governo Federal, apontam índices alarmantes em determinados grupos de pessoas. Os grupos de Jovens Negros, Mulheres, Pobres, Moradores de Periferias e LGBT correspondem aos grupos com maior concentração de crimes violentos, incluindo homicídios por ação institucional e por ódio social.

É dever do Município pensar políticas públicas a partir desses estudos, avaliando constantemente os impactos locais dessas violências específicas. Nesses casos, a violência tem endereço certo, assim como tem cor, gênero e aparência pré-definidos. Por isso o Poder Executivo deve repelir iniciativas sociais ou institucionais que venham a alargar ainda mais esse fosso.

O assunto da Segurança Pública é tão vasto que está ligado à própria possibilidade de desenvolvimento de determinadas regiões. Exemplo disso são as Zonas Rural e Litorânea, cujos desenvolvimentos econômicos são fatalmente prejudicados pela falta de infraestrutura, especialmente de políticas voltadas à Segurança Pública. A circulação de bens e serviços, bem como a visitação por consumidores, demandam o mínimo de garantia da incolumidade pessoal e patrimonial. Não se pode esperar grandes investimentos e grandes concentrações de consumidores onde o sentimento de insegurança é generalizado. Exemplo notório disso é impossibilidade de instalação de caixas eletrônicos e de surgimento de novos empreendimentos industriais e comerciais nas Zonas de abandono.

O Povo Estanciano está cada vez mais assustado com o crescimento da violência e da criminalidade. Há poucos anos havia o consenso de que Nosso Município era um lugar bastante tranquilo e pacato para se viver. O abandono do Poder Público potencializa o surgimento e a consolidação das denominadas “manchas

da criminalidade”, ou seja, parcelas territoriais identificadas como áreas de risco, nas quais a população está exposta a uma situação constante de risco das mais variadas ordens.

Curioso é que o mesmo Poder Público que, por conta de sua omissão, colabora com o surgimento das “manchas de criminalidade”, é o mesmo Poder Público que muitas vezes, quando age para tentar resolver graves problemas sociais relacionados, fornece quase que exclusivamente violência institucionais em face de suspeitos, mas também de inocentes.

A manutenção da Segurança Pública exige sim o uso legal da força, mas não se resume a isso. Várias outras ações públicas estão relacionadas à Segurança Pública e sequer fazem parte das missões institucionais das Polícias, Guardas, Agentes Penitenciários e outros profissionais da Segurança Pública.

Medidas como acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua reduzem e até eliminam na maioria dos casos a chance de ingresso nos caminhos da criminalidade. Proporcionar mais oportunidades de desenvolvimento psicossocial para nossas crianças e jovens também é medida efetiva contra o avanço da violência, inclusive a doméstica. A manutenção de ruas e logradouros públicos devidamente iluminados, a implantação de Projetos Sociais nas áreas do Esporte e da Cultura, por exemplo, também abre horizontes para uma perspectiva pacífica e digna de vida, assim como o aumento das possibilidades de trabalho e emprego.

Há uma vasta lista de ações públicas de combate à criminalidade. Achar que a Segurança Pública é apenas “caso de Polícia” constitui redução analítica negligente para um tema tão dinâmico e complexo.

O caráter preventivo da Segurança Pública, mediante políticas públicas municipais precisa ser a meta perseguida diuturnamente pela Gestão Municipal. Entretanto, é necessário ampliar investimento em monitoramento e eficiência do aparato municipal de Segurança Pública, incluindo a Guarda Municipal e a SMTT, em suas funções legais.

Saúde Pública precária

A situação da Saúde Pública em nosso Município é crítica. Apesar de dispor de uma rede com 56 unidades direta ou indiretamente ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), a atual Gestão não oferece ao Povo Estanciano serviços satisfatórios de Maternidade, Cirurgias Eletivas, Ortopedia, Pediatria, Neurologia, Cardiologia, dentre outras especialidades. O serviço médico de urgência está concentrado no Hospital Regional Jessé Fontes, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

Apesar da melhora da situação de instabilidade que vivia o Hospital Amparo de Maria (HRAM), mas a gestão sem transparência pública dificulta a compreensão real do tamanho dos problemas financeiros enfrentado pela entidade, que tem mais de 151 anos.

Mesmo sendo um médico obstetra e funcionário de HRAM, o atual Prefeito não foi capaz de promover avanços mínimos na Saúde Pública do Município. Um dado extremamente alarmante é o que foi revelado no último Índice Sintético Final do Previne Brasil do Ministério da Saúde, que mede o desempenho das equipes de Saúde de Atenção Básica, o qual é utilizado para determinar o valor do incentivo a ser transferido para o município, no qual o município de Estância figurou na 5570ª posição, registrando que o Brasil é composto de 5565 municípios e na 73ª posição no Estado de Sergipe, registrando que Sergipe é composto de 75 municípios.

É necessário garantir a máxima prioridade à saúde do Povo Estanciano, destinando os recursos exigidos pelas Constituições Federal e Estadual e pela legislação federal. Somente assim, será possível ampliar a rede de atendimento e a qualidade dos serviços disponibilizados para a comunidade. Além disso, o amplo conhecimento das receitas e despesas do Município é um direito legítimo do Povo, portanto, é urgente restabelecer a Transparência Pública, sobretudo dos gastos que são feitos pela gestão.

Falta de Saneamento Básico adequado

O Saneamento Básico é outro tema de bastante relevância para um Município que preza pela saúde e outros direitos essenciais de seu Povo. As políticas públicas voltadas para o Saneamento Básico abrangem muitos fatores ligados à qualidade de vida das pessoas. A Lei Federal que define as diretrizes do Saneamento Básico

aplicadas também no âmbito dos Municípios elenca como prioridade o **Abastecimento de Água**, o **Tratamento de Esgoto**, a **Drenagem Urbana** e a **Gestão de Resíduos Sólidos**.

Além dessas prioridades legais, especialistas da área alertam para a necessidade de incluir no rol de políticas públicas de Saneamento Básico mais duas:

Controle de Animais e Vetores e Educação Sanitária e Ambiental.

Como se vê, é um conjunto de tarefas complexas de responsabilidade do Município, sendo de extrema importância para a vida saudável do Povo. Em 2014, anteriormente à atual Gestão, o Município iniciou a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), concluindo os estudos em 2015. Apesar de o PMSB fazer apelo às concessões das políticas de Saneamento Básico para empresas privadas (em outras palavras, o PMSB faz apologia à privatização, situação que somos totalmente contra, situação inegociável), ele deve ser utilizado como valioso instrumento de planejamento e estruturação das ações e obras públicas do Saneamento.

Nosso Município possui apenas uma pequena parcela de sua extensão territorial com Saneamento Básico adequado. Dado alarmante diz respeito ao despejo de 89% dos esgotos (na grande maioria das vezes, expostos) do Município de Estância diretamente em nossos mananciais, dentre eles o Rio Piauitinga, responsável por 70% de todo o abastecimento de água do Município. A implantação de esgotos subterrâneos e a revitalização e preservação dos mananciais são medidas fundamentais para a vida de Nosso Povo.

A Gestão de Resíduos Sólidos precisa levar em consideração os processos de reciclagem, pré-ciclagem e destinação sustentável do lixo. Do total de resíduos sólidos produzidos em Estância, mais de 30% são recicláveis e mais de 50% são restos orgânicos (passíveis de processamento biológico para reaproveitamento como adubo ou para geração de energia).

Importante questão a ser enfrentada pela próxima gestão municipal, deve ser o fortalecimento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE. Este importante patrimônio do povo de Estância deve ser fortalecido e ampliado para atender não só a Zona Urbana, mas todas as comunidades rurais e região litorânea.

Água é Vida e não podemos entregar ao Poder Econômico nossa autarquia tendo em vista os inúmeros prejuízos de ordem econômica e social que uma privatização acarreta sobretudo às classes sociais menos favorecidas.

Desta forma evitar o sucateamento e a privatização do SAAE é uma tarefa primordial para o Governo Municipal.

Administração, Transparência Pública e Controle Social

O exercício da cidadania passa pelo acompanhamento direto dos atos públicos pela sociedade, por isso, a Transparência Pública é crucial no Regime Democrático. Não se pode esconder do Povo as informações sobre seu próprio patrimônio e riqueza.

Faltam informações claras também a respeito da folha de pagamento disponibilizada no site do Município. Nela não consta a composição detalhada das remunerações dos funcionários públicos, sobretudo para servidores públicos que recebem Gratificações por Funções de Confiança ou Cargos Comissionados. O Povo de Estância precisa saber, por exemplo, porque a remuneração de um Guarda Municipal pode chegar a R\$ 8.286,67 (oito mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos), enquanto há outros Guardas Municipais com mesmo grau de promoção que recebem apenas R\$ 2.648,08 (dois mil seiscentos e quarenta e oito reais e oito centavos). Precisamos saber **como, para quem e para que** estão sendo destinados os recursos públicos decorrentes do suor do Nosso Povo.

O site oficial do Município também não oferece informações sobre o Patrimônio Público, apresentando um endereço sem conteúdo. A página simplesmente corresponde a um endereço inválido. Importante registrar que cabe o Município a “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” (Lei Federal 12.527/2011, art. 3º, II).

Além disso, os mecanismos municipais de Transparência Pública não permitem ao Povo Estanciano gerar Relatórios Não-Parametrizados, de modo que as informações disponibilizadas pela Gestão estão dispostas de modo estático e muitas vezes em formato PDF não-pesquisável, dificultando a compreensão dos dados e apresentando unicamente a perspectiva da Gestão.

O Povo Estanciano precisa saber de modo prático e ágil os valores dos recursos públicos que estão sendo destinados a todas as pessoas físicas e jurídicas que

mantêm relações contratuais ou não com o Município. A criação do Código Municipal de Transparência Pública é uma medida que pode colaborar muito no aperfeiçoamento dos atuais procedimentos de fornecimento de informações públicas de fácil compreensão, com a sistematização de dados capazes de gerar relatórios com diferentes filtros correlacionados, a critério do(a) cidadão(ã).

Esse quadro geral da Transparência Pública do Município de Estância precisa ser corrigido.

Deficiências estruturais da Mobilidade Urbana

Tratar de Mobilidade Urbana passa por compreender que a locomoção livre, além de ser um direito de todos, é uma necessidade irrevogável da vida. Ter direito de se mover dentro do território, na prática, significa poder ir ao trabalho, ao consultório médico, ao clube de lazer, ao campo de futebol, à feira, aos povoados, ao litoral, às manifestações, às festas, enfim, a vida humana pede movimento.

Diante disso, é necessário perceber que há diferentes formas de proporcionar Mobilidade Urbana, a depender de vários fatores, como as condições pessoais e econômicas, a acessibilidade das calçadas e dos transportes públicos, a disponibilização de linhas de transporte público e a existência de uma política de mobilidade adequada à realidade do Município.

A integração das linhas de Transporte Público, com passagem única e rede de Terminais e Pontos cobertos, é uma diretriz importante para melhorar a qualidade estrutural dos serviços. O Município deve ainda, frente às iniciativas privadas que porventura causem impactos negativos na política de Mobilidade Urbana, buscar soluções e contrapartidas para manter os padrões de normalidade.

Nosso Município carece muito de acessibilidade, sobretudo para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade corporal reduzida. É preciso um trabalho municipal sério de inclusão social na Mobilidade Urbana, a fim de adequar a cidade para que todo o Povo Estanciano possa usufruir dos espaços, equipamentos e Serviços Públicos.

É necessário, portanto, investimento público municipal em pesquisas e tecnologias (inclusive para monitoramento e controle), bem como para implantação de ciclovias. Além mesmo porque a redução de automóveis privados nas vias gera outros impactos positivos na vida do Povo Estanciano, como a melhora da qualidade do ar, prevenindo doenças como asma, bronquite, enfisema pulmonar e câncer, e a redução de acidentes, que infelizmente costumam ceifar muitas vidas de conterrâneos próximos.

Outro elemento importante na Mobilidade Urbana é a educação de trânsito, que pode ser utilizada, dentre outros objetivos, para reduzir acidentes, obediência à sinalização, respeito no trânsito e ações emergenciais corretivas em situações críticas.

Apesar de ter sido iniciado a construção de um Plano de Mobilidade Urbana, em que pese tal providência não foi realizada de forma espontânea pela Gestão Municipal, tendo sido uma imposição legislativa federal, tal iniciativa está sendo feito de forma muito tímida.

Preocupação com o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável constituem tema extremamente importante, que merece destaque dentre as diretrizes de todas as políticas públicas municipais. A localização estratégica do Nosso Município dá ao estanciano a chance de ter acesso a mananciais, região litorânea, manguezais, mata atlântica, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Extrativistas e uma grande variedade de espécimes animais e vegetais. A natureza nos incumbiu de uma grande responsabilidade com a preservação do Meio Ambiente diante do necessário Desenvolvimento Econômico.

Obras estruturais importantes precisam ser feita para tratar de fatores sensíveis à manutenção do Meio Ambiente. O tratamento adequado dos resíduos sólidos e a correta destinação dos esgotos domésticos e industriais, dentre outros, são gargalos cruciais que devem ser enfrentados pelo Município.

O Desenvolvimento Sustentável em Nosso Município precisa ser compatível com o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental, no qual o Conselho Municipal do

Meio Ambiente deve ter atuação central para dinamizar a Gestão Ambiental preventiva e corretiva.

O combate às poluições, sobretudo ligadas ao solo, ao ar e à água, precisa fazer parte de uma política municipal sistemática de atuação, com recursos próprios. Para isso, bem como para outras medias como controle e prevenção de catástrofes e eventos críticos, é necessário criar um Fundo Municipal do Meio Ambiente. Trata-se de necessidade inadiável, porque a contaminação do Meio Ambiente afeta a fauna e a flora, mas também a própria condição humana na Terra.

Cabe ao Município fomentar constantemente a consolidação de boas práticas para a preservação do Meio Ambiente, incluindo Educação Ambiental na grade ordinária de nossos alunos e promovendo campanhas regulares, garantindo canais direto com a população. Ações como a reciclagem e a limpeza urbana, por exemplo, carecem de maior difusão e conscientização na sociedade.

Em que pese a aprovação da Lei Municipal nº 2360/2024, que institui o Plano de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ecológico a mesma não abarcou de forma satisfatória as demandas da nossa população, merecendo uma revisão.

Debilidades da Educação Pública e das Creches

A Educação Pública Municipal oferecida ao Povo Estanciano precisa avançar muito. A Educação Integral precisa urgentemente ser ampliada, garantindo qualidade e igualdade de condições de aprendizado, especialmente para crianças portadoras de deficiências. Além disso, a Educação Pública precisa ser pensada desde as condições socioeconômicas para aquisição de fardamento até o retorno das nossas crianças para casa por meio do Transporte Público.

A atual Gestão, que já enfrentou problemas relacionados à inclusão social de crianças especiais (caso público e notório de grande repercussão nos programas de radiojornalismo).

É necessário garantir instalações adequadas de ensino em todas as Zonas do Município, para que a escola possa dar ampla formação cidadã aos filhos do Povo Estanciano, com acesso a elementos educacionais de laboratórios, esportes, ecologia,

trânsito, estrutura pública, participação cidadã e pacífica na construção da sociedade, geoeconomia, cultura e história locais, formação profissional, dentre outros eixos para uma formação cidadã e holística, além do conteúdo programático convencional.

Diante das questões abordadas acima, é notório que precisamos urgentemente reverter a paralisa administrativa da atual Gestão. Essa é a medida central para alavancar o desenvolvimento de Estância, aproveitando sua qualificada mão-de-obra e preservando os ecossistemas, integrando as Zonas Municipais, aplicando os recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida do Povo, colocando o aparato da Administração Pública a serviço da população e não do Gestor, enfimé necessário fazer mais por Estância, porque Nosso Povo merece e porque mora em um Município privilegiado em todos os aspectos sociais, econômicos, culturais, turísticos e políticos.

2ª PARTE: PROPOSTAS

METAS E PROPOSTAS DE GOVERNO

1. EDUCAÇÃO

- Criar um Programa para erradicar o analfabetismo;
- Pagar o Piso Nacional dos Professores;
- Revisar o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério;
- Realizar concurso público para recompor o quadro dos profissionais da educação;
- Construir com a categoria a possibilidade de recuperação da regência de classe para o percentual de trinta por cento (30%), com escalonamento até o final do mandato;
- Estruturar os espaços pedagógicos para o cumprimento de horas de estudo do magistério;

- Estudar junto com a categoria a possibilidade das horas de estudo ser on-line;
- Implementar um Projeto Político Pedagógico considerando as características sociais, econômicas e culturais locais;
- Implementar Gestão Democrática nas Unidades de Ensino;
- Ampliar o atendimento em educação infantil com a criação/construção de creches;
- Garantir qualidade na educação básica, com atenção ao fluxo escolar e aprendizagem;
- Fortalecer o acompanhamento das crianças na educação infantil beneficiadas por programas de transferência de renda;
- Promover o diálogo entre a rede escolar integrando família – escola – comunidade nos processos pedagógicos;
- Cumprir as metas previstas no Plano Municipal de Educação, em consonância com os Planos Estadual e Nacional de Educação com a participação da sociedade;
- Garantir a segurança alimentar e nutricional e ampliar o percentual participativo da agricultura familiar no PNAE;
- Criar nas Unidades de Ensino o “Programa Alimentação Saudável”;
- Melhorar a infraestrutura dos equipamentos escolares (móveis e imóveis);
- Garantir transporte de qualidade para todos os estudantes;
- Garantir autonomia às escolas e aos professores na formulação do Projeto Político Pedagógico;
- Promover a formação continuada dos profissionais da educação;
- Fortalecer e ampliar os espaços de inclusão digital, de acesso à leitura e à pesquisa, para comunidade estudantil e externa;
- Estabelecer diálogo sistemático com a Secretaria Estadual da Educação;
- Assegurar aos estudantes portadores de necessidades especiais o acesso à educação básica e atendimento especializado e individualizado;

- Fortalecer e ampliar as salas de recursos multifuncionais;
- Diagnosticar e implementar em articulação com a comunidade local o “Programa Escola do Campo”;
- Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos e integrar as matrículas à educação profissional;
- Criar Cursos Populares nas localidades distantes do centro urbano;
- Promover a “Busca Ativa” de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com os órgãos responsáveis;
- Estimular a criação e o fortalecimento de grêmios estudantis;
- Criar o “Festival Estudantil de Cultura e Arte”;
- Criar as “Olimpíadas Estudantis”;
- Criar a “Escola Circo”;
- Criar o “Programa Escola Mundo”;
- Criar o Núcleo de Assistência Estudantil promovendo acesso e permanência da (o) estudante na escola;
- Estabelecer parceria com as Secretarias da Saúde e Assistência Social para atender estudantes portadores de necessidades especiais e saúde mental;
- Reestruturar o Ensino Noturno.

2.SAÚDE

- Ampliação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipamentos responsáveis pela atenção primária aos pacientes, pois estes fatores diminuiriam o número de pessoas demandando um tratamento especializado;
- Implementação de UPA 24 hrs, para que a população estanciana tenha sempre a possibilidade de atendimento, que hoje conta apenas com a rede estadual para esse atendimento de urgência e emergência;

- Prioridade nos programas de promoção da saúde com base na prevenção, destacando o combate aos vetores transmissores de doenças infecta-contagiosas, e a integração dos sistemas escolar e de saúde, de modo a prover assistência médica aos alunos e a educação para a saúde;
- Organizar a gestão e a logística de distribuição de medicamentos nos postos de saúde, garantindo que o acesso ao medicamento seja tempestivo, de forma que toda unidade básica deverá ter a sua farmácia para a população;
- Fortalecimento do programa completo de “médico da família”, especialmente nas regiões que hoje estão abandonadas;
- Implantação de sistema informatizado de agendamento de consultas e exames médicos, por meio de cartões eletrônicos com chip, com fácil acessibilidade para os munícipes por meio de pontos eletrônicos distribuídos em diversos pontos da cidade e povoados, dificultando assim o tráfico de influência;
- Implantar maior eficiência ao Programa Saúde da Família, priorizando os bairros de maior vulnerabilidade;
- Garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda efetivamente à expectativa da população;
- Aprimorar o fornecimento gratuito de medicamentos à população na rede de saúde ou em domicílio;
- Aprimorar e reestruturar a Vigilância Sanitária, a partir de constatação das necessidades levantadas e realizar ações preditivas, preventivas e curativas;
- Fomentar capacitação constante para os servidores, visando a valorização dos servidores e a melhoria no atendimento à população;
- Investir em políticas públicas e programas para a população idosa no sentido de prevenção de doenças e acidentes domésticos;
- Criar o CASI (Centro de Atenção à Saúde do Idoso) 24 horas com atendimentos; psicológicos, geriátricos, odontológico, fonoaudiológico, ortopédico, reumatológico, cardiologista, nutricionista, assistência social, serviço de raios-X e exames cardiológicos;

- Criar um Centro de Atendimento à Saúde da Criança e Adolescente Interdisciplinar;

3.MEIO AMBIENTE

- Ampliação do serviço de coleta Seletiva de Lixo, com aumento de trabalhadores e pontos de entrega, com o estímulo as práticas de redução, triagem, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, bem como a organização do mercado de recicláveis e o fomento à geração de emprego e renda, estimulando a organização de associações comunitárias e cooperativas de catadores;
- Monitoramento das monoculturas, principalmente os eucaliptos e a citricultura, que causam poluição das águas e do solo, afetando a saúde dos trabalhadores rurais pelo uso intensivo de agrotóxicos, além do assoreamento dos recursos hídricos, a erosão ea super exploração da força de trabalho;
- Viabilizar recursos para recuperação da mata ciliar e nascentes do Riacho Capivaras, principal afluente da sub-bacia do Rio Piauitinga;
- Viabilizar junto ao governo Federal e Estadual recursos objetivando o desassoreamento e despoluição, do baixo Piauitinga;
- Ação emergencial voltada para a recuperação de bacias hidrográficas, sistemas públicos de saneamento e fornecimento de água, contenção e revegetação de encostas ameaçadas;
- Estabelecimento de canais eficazes para o tratamento de conflitos sócio-ambientais;
- Investimentos maciços nas áreas agricultáveis;
- Fortalecimento da organização dos pequenos produtores rurais (hortifrutigranjeiros, pequenos pecuaristas, comunidades remanescentes de quilombos) em todas as regiões;
- Elaborar e implementar a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental;
- Revisar o Plano Diretor do município para sua adequação à Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental e à Lei Específica;

- Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- Criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente, para recebimento e alocação de recursos provenientes de multas, impostos e outros a serem utilizados em ações de proteção e conservação ambientais;
- Implantar o Sistema de Gestão Ambiental Municipal em conformidade e integrado tanto ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e ao Sistema Estadual;
- Implantar o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental, oferecendo respostas mais rápidas ao empreendedor;
- Intensificar ações de fiscalização ambiental integrada aos demais órgãos ambientais;
- Implantar sistema de controle com ênfase na prevenção de eventos críticos de poluição, fixando, inclusive, metas de redução;
- Criar sistema de monitoramento de áreas de risco, articulado com a Defesa Civil, e executar as obras prioritárias, visando a proteção tanto da população quanto das regiões ambientais;
- Estabelecer meios de redução de passivo ambiental, em parceria com os responsáveis, identificando e caracterizando as áreas contaminadas do município, bem como propondo soluções e intervenções adequadas a cada caso;
- Oferecer orientação gratuita à população para orientação sobre os procedimentos e legislações ambientais, assim como em ações de defesa dos cidadãos prejudicados por danos ou passivos ambientais;
- Programar, fortalecer e ampliar ações integradas de educação ambiental, envolvendo os diversos setores na mobilização da população para a resolução de problemas locais e regionais;
- Promover a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino;
- Criação da Reserva Ecológica das Mangabeiras;
- Acompanhar no Poder Judiciário Federal a ação judicial que veda qualquer iniciativa de construção na região praiana;
- Estabelecer o planejamento e a fiscalização dos serviços de água e esgoto;

- Atuar para garantir a melhoria da qualidade da água para as comunidades, preservando os objetivos que orientaram sua criação;
- Articular ações visando à execução de obras e outros serviços que viabilizem o tratamento dos esgotos pela Estação de Tratamento de Esgotos existente;
- Intensificar as ações de fiscalização para eliminar o despejo de esgotos em redes de águas pluviais e de águas pluviais em redes de esgotos, visando minimizar o retorno dos dejetos em períodos de chuva e a poluição de bueiros e córregos;
- Elaborar e implementar o Plano Setorial de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, as soluções necessárias e a priorização de ações e obras;
- Combater enchentes, executando obras de drenagem, desenvolvendo projetos de recuperação de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e definindo padrões de ocupação do solo que permitam aumentar sua permeabilidade;
- Garantir o cumprimento dos cronogramas de manutenção, limpeza de margens e desassoreamento de córregos, bem como a limpeza das bocas-de-lobo;
- Preservar as áreas de mananciais, compatibilizando o uso econômico e social com a recuperação do passivo ambiental;
- Realizar a regularização fundiária de loteamentos em áreas de mananciais, envolvendo os moradores no projeto, e intensificar as ações de fiscalização, planejamento e educação ambientais, visando o controle de ocupação e atividades destas áreas;
- Criação de Selo ou Certificação Verde: premiando e reconhecendo empresas que adotem práticas sustentáveis e que respeite o meio ambiente;
- Criar e implantar unidades de conservação municipais e implementar seus respectivos planos de manejo, consolidando a proteção dessas áreas;
- Recuperar ambientalmente assentamentos precários localizados em APPs (Áreas de Preservação Permanente);
- Buscar parcerias com as demais esferas de governo para desenvolver projetos para recuperação da APRM (Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais), tais

como obras de saneamento, atividades de lazer e educação ambiental e iniciativas econômicas não impactantes e compatíveis com a conservação ambiental da área, como ecoturismo e produção vegetal;

- Elaborar e programar mecanismos e estratégias de despoluição e recuperação de solo, água e ar;
- Estimular e apoiar parcerias e iniciativas próprias da comunidade para a requalificação ambiental de áreas públicas e privadas, incentivando a prática da conservação;
- Manter presença ativa na Secretaria de Meio Ambiente da Secretaria de Estado, a fim de garantir o recebimento da compensação devida aos municípios;

4.MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Realizar o concurso público de provas e títulos para recompor o quadro de pessoal na administração direta e indireta;
- Garantir o funcionamento da ouvidoria municipal, como um canal permanente de participação dos munícipes e servidores nos assuntos relativos à gestão;
- Auditar todos os contratos e convênios da Prefeitura e revisar a estrutura administrativa direta e indireta, criar a Secretaria Municipal de Logística, modernizando a capacidade de arrecadação e de investimento público;
- Promover junto aos servidores a avaliação e a atualização do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos – PCCV e do Estatuto do Servidores, buscando corrigir distorções e propiciar avanços quanto ao desenvolvimento profissional, qualificação funcional, reconhecimento e valorização do servidor público;
- Construção, junto a categoria, para uma nova data-base da revisão geral salarial;
- Realizar estudos para criação de uma tabela de vencimentos que observe o nível de escolaridade do cargo, com a sua implementação gradual;

- Garantir que nenhum servidor público municipal receberá abaixo do mínimo legal como salário base;
- Implementação de adicionais e auxílios;
- Promover estudo para incrementação de aumentos dos percentuais da progressão por titulação;
- Promover estudos de implementação de um Plano de Carreiras Cargos e Vencimentos – PCCV dos servidores do SAAE;
- Manter os direitos conquistados pela categoria;
- Implantar a Mesa de Negociação Permanente com o Sindicato dos Servidores, adotando instrumento normatizador e regulador da relação do governo com o funcionalismo;
- Modernizar o processo de trabalho, com a implantação de sistemas tecnológicos capazes de agilizar o fluxo de informações e a qualidade das ações desenvolvidas;
- Criar o Observatório de Políticas Públicas para a produção de informações de todas as áreas para orientar as ações do conjunto do governo;
- Implantar um programa de formação e qualificação permanente para servidores públicos, aos moldes de uma Escola de Formação e Gestão, em parceria com governos, institutos e universidades públicas e privadas, melhorando a eficiência da gestão;
- Garantir que os servidores participem de forma concreta na discussão, na implantação e na avaliação das ações realizadas;
- Implantar o gabinete comunitário itinerante;
- Implantar o planejamento estratégico que norteie todas as ações do governo, onde cada secretaria incorpore esta ferramenta de gestão na sua prática diária.
- Utilizar o Orçamento Municipal para medir eficiência, eficácia e concretude das ações estabelecidas no Plano de Governo;

- Instituir política de recursos humanos que valorize, respeite e reconheça os servidores, com investimento em capacitação e na qualificação profissional, sempre com vistas à melhoria da qualidade do serviço prestado.
- Implantar um processo de mudança da cultura organizacional, visando romper com as posturas e procedimentos burocráticos e estimular novas atitudes do servidor, com ênfase na reflexão sobre o trabalho de integração das diferentes áreas da Prefeitura e na capacitação para as ações transversais que articulem essas áreas;
- Implantar o acompanhamento e o gerenciamento das ações do governo, baseados na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional, garantindo o cumprimento das definições orçamentárias;

5.SEGURANÇA PÚBLICA

- Articular a guarda municipal para desenvolver um sistema integrado de segurança do cidadão no combate ao crime, priorizando a proteção da vida sobre o patrimônio;
- Integração das diversas esferas da segurança como garantidora do patrimônio público, organizadora do trânsito e orientadora da cidadania;
- Implementação, através de sistema escolar e dos meios de comunicação, do programa permanente “educação para a justiça e a paz”, articulada com investimentos sociais em creches, centros culturais e de formação técnica nas áreas de populações mais vulneráveis;
- Criação, em cooperação com a OAB e o Ministério Público, de Centros de Cidadania que proporcionem apoio jurídico permanente às populações marginalizadas ou em situação de risco;
- Tornar realidade o Gabinete de Gestão Integrado Municipal (GGIM), implantando programas de segurança social voltados para a prevenção da criminalidade e a

cultura da paz. Cabe ao CGIM articular as diferentes esferas de governo em ações de segurança no município;

- Implementar o “Programa Praia Segura”, com Guarda-vidas, base do SAMU e módulo da Guarda Municipal – GM;
- Implantar um amplo sistema de monitoramento das principais vias e equipamentos públicos, por meio de câmeras de vídeo, para prevenir e inibir a violência urbana;
- Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade, assim como entidades e órgãos públicos ligados à segurança pública;
- Criar o Observatório da Criminalidade no município, sob a direção do Gabinete de Gestão Integrado Municipal (GGIM), e manter atualizado sistematicamente o Mapa da Criminalidade como pré-condição para estabelecer as ações gerais ou localizadas de prevenção;
- Revitalizar o convênio com o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), do Ministério da Justiça, visando implantar projetos que articulem políticas de segurança e ações sociais preventivas e direcionadas prioritariamente às causas da violência;
- Implantar o projeto Mulheres da Paz, que capacita mulheres que atuam em locais de maior risco de criminalidade, visando à reintegração de crianças e adolescentes com maior grau de vulnerabilidade;
- Implantar o Projeto Mediação de Conflitos, que visa capacitar e profissionalizar agentes para criar nas comunidades equipes de Mediação de Conflitos que façam diagnósticos e atuem na prevenção, facilitando o diálogo entre possíveis protagonistas de conflitos;
- Incrementar o Projeto Círculo de Justiça Restaurativa, que busca criar equipes especializadas em capacitar a própria comunidade a restabelecer a convivência social adequada, minimizando os efeitos negativos após a ocorrência de um crime em seu espaço de atuação;
- Criação de comissão composta por agentes da Guarda Municipal e fiscais das áreas de Tributos Mobiliários e Imobiliários, Higiene e Saúde, Postura e

Abastecimento, com o sentido de orientar os donos de bares a cumprir as normas de funcionamento e assim prevenir situações de violência;

- Realizar campanhas sistemáticas de desarmamento geral da população, em particular, o público juvenil, com base na Medida Provisória 417, que ampliou indefinidamente o prazo para o desarmamento mediante indenização;
- Manter programa de apoio ao jovem dependente químico e atuar com rigor visando o cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente na proibição de venda de bebidas alcoólicas, armas e outros produtos para menores de 18 anos;
- Atuar de forma integrada com os Conselhos Tutelares, resguardando as competências legais de cada órgão;
- Criar o programa Vizinhança Solidária, com o objetivo de prevenir os atos de desrespeito à convivência, procurando gerar coletivamente nas comunidades um código de conduta;
- Capacitar e especializar setores da Guarda para atendimento em escolas, fortalecendo a ronda escolar e a ação nos parques e Praças;
- Manter e ampliar o monitoramento por alarme nas escolas e equipamentos da Prefeitura;
- Manter atualizada a estrutura da Guarda Civil Municipal, com a compra programada dos instrumentos e equipamentos necessários para a adequada prestação de serviços;
- Rever o atual estatuto da Guarda Municipal e adequá-lo às necessidades de uma guarda civil, de forma a estimular seus componentes a agirem de forma preventiva, socialmente motivados;
- Valorização do quadro de servidores da Guarda Municipal, visando a valorização tanto salarial quanto material;
- Implementar a RAI - ronda de apreensão de animais de médio e grande porte, soltos nas margens das rodovias;

- Implantar os serviços internos de acompanhamento psicológico e de assistência social e ampliar o programa de capacitação permanente, com o objetivo de melhorar o desempenho físico e mental dos servidores da Guarda Municipal;
- Criar a Corregedoria da Guarda Municipal;

6.TRANSPORTE PÚBLICO

- Criação da Empresa Municipal de Transporte coletivo;
- Transporte público integrado com a criação de terminais integrando os bairros pagando uma única passagem;
- Desenho de um novo sistema com integração tarifária e intermodal, a partir de um amplo diagnóstico feito com a participação de usuários e técnicos;
- Proposição de um novo marco regulatório que democratize a gestão do sistema, facilite a fiscalização pelo poder público e pela população e garanta a transparência na fixação das tarifas;
- Regularização e integração do transporte alternativo com a função alimentadora das principais linhas troncais;
- Implantar sistema coletivo com a integração tarifária de bilhete único;
- Implantar terminais de transporte coletivo, ligando as diversas regiões da cidade sem necessariamente as linhas utilizarem como hub a região do centro da cidade;
- Assegurar uma frota de ônibus público adequada, visando melhorar a qualidade do atendimento e a adequação da oferta de ônibus à demanda, em especial nos horários de pico, inclusive com transportes preparados para a pessoa com deficiência;
- Desenvolver treinamento permanente para os trabalhadores que irão operar no transporte coletivo, visando a excelência no atendimento da população usuária;
- Instalar sistema eletrônico de monitoramento para efetivo controle operacional da frota do transporte coletivo;

- Implantar, de forma gradativa, o uso de combustíveis limpos na frota de ônibus do município;
- Concentrar esforços para o barateamento da tarifa, inclusive com o início de estudo para possível implantação do Passe Livre;
- Formar a Câmara de Transporte e Trânsito, envolvendo poder público, população, visando à elaboração de soluções e iniciativas de melhorias na área;
- Aprimorar os serviços de táxi, moto-táxi, de transporte de escolares e de fretamento;
- Aprimorar a elaboração das estatísticas de acidentes de trânsito, visando à identificação dos locais de maior incidência de acidentes para orientar as intervenções de engenharia, fiscalização, operação e educação de trânsito;
- Implantar ciclofaixas e ciclovias;
- Aprimorar e intensificar os serviços de manutenção e implantar sinalização viária horizontal, vertical e semafórica;
- Aprimorar programa permanente de educação para o trânsito voltado para crianças em idade escolar e adultos em geral, ou seja, pedestres, condutores e passageiros;
- Criar e implantar programa de segurança para o pedestre, inclusive no entorno das escolas;
- Ampliar o sistema eletrônico de controle operacional, constituído por central semafórica inteligente, monitoramento por câmeras e painéis de mensagens variáveis;
- Zelar para que projetos de empreendimentos considerados geradores de tráfego contenham medidas para reduzir os impactos na circulação viária.

7.HABITAÇÃO

- Formulação de uma política habitacional para as populações em áreas de risco, com a implementação de um programa de obras para o escoamento de águas e a contenção de encostas;
- Fundo público para a construção e reforma de moradias populares, através do “Programa Morar Bem”;
- Programa de regularização urbanística e fundiária loteamentos irregulares e ocupações;
- Fortalecimento da Defesa Civil como importante agente de monitoramento das áreas e moradias em situação de risco;
- Enfrentar e reduzir o déficit habitacional, buscando diferentes linhas de financiamento e ações de parcerias, inclusive através do fomento de subsidiamento pelo poder público municipal;
- Elaborar o Plano Municipal de Eliminação das Áreas de Risco;
- Identificar as áreas vazias que não cumprem a função social da propriedade para criar novas Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social) e destiná-las para produção de habitação social pelo setor público (Habitação de Interesse Social ou Habitação de Mercado Popular);
- Elaborar o Plano Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, que deverá definir ações de curto, médio e longo prazo, por meio da participação cidadã, com atenção especial para as áreas de assentamentos subnormais;
- Elaborar legislação específica para produção de habitação social, estabelecendo condições de licenciamento e parâmetros urbanísticos e edifícios especiais para estimular sua produção;
- Criar o Sistema Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- Criar as condições para que o município possa aderir de forma plena ao Sistema Nacional de Habitação;
- Criar o Fundo Municipal da Habitação, promovendo o investimento coordenado dos recursos da área;

- Garantir prioritariamente o acesso da população com renda de até três salários mínimos aos programas habitacionais;
- Melhorar a qualidade do ambiente urbano e implementar uma política habitacional compatível com as políticas de gestão e de saneamento ambiental, em especial em áreas de risco e de preservação ambiental, como os mananciais;
- Promover a urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental de assentamentos precários.
- Produzir novas moradias, por meio de mutirão associativo, financiamento de habitação de interesse social (HIS);
- Apoiar a autoconstrução na reforma e ampliação de moradias, melhorando as condições de habitabilidade da população;
- Criar um programa de aluguel social para garantir o acesso da população às condições dignas de moradia.

8.EMPREGO E RENDA

- Política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa;
- Qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar;
- Flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiar e de fundo de quintal;
- Criação e Revitalização de áreas comerciais, em todas as zonas do município, como por exemplo criação de “Foods Parks”;
- Melhoria e Otimização do Mercado da Farinha, com ocupação dos espaços que hoje estão ociosos;
- Padronização dos chamados “carregos da feira”;
- Fomento ao Comércio Local: criando iniciativas que incentivem a compra de produtos e serviços locais, promovendo feiras e eventos com o objetivo de valorizar o comércio estanciano;

- Criação de um Banco com Moeda própria;
- Nova normatização dos procedimentos de fiscalização e controle sanitário de produtos e serviços, de modo a resguardar os direitos da cidadania;
- Estimular e fomentar o acesso dos comerciantes locais às compras públicas municipais, estaduais e federais;
- Criar um ambiente de fomento à atividade econômica por meio de incentivos e parceria com o sistema “S”, para a implementação de 13 (treze) Arranjos Produtivos Locais – APLs;
- Fomentar a economia criativa e a economia solidária;
- Implementar políticas de incentivo ao primeiro emprego, como também a qualificação profissional, visando à reinserção de desempregados e desempregadas ao mercado de trabalho;
- Criação de um fundo municipal voltado principalmente para o fomento de atividades produtivas geradoras de emprego e renda e para o crédito às populações de baixa renda;
- Fortalecer o elo da economia solidária;
- Criar cooperativa do produto das atividades de extrativismo
- Incentivo ao Turismo ecológico;
- Criar o “Centro de Atenção e Informação a Turistas e Visitantes”
- Reconstrução do Ceasa;
- Fortalecimento das feiras comunitárias de bairros e povoados;
- Investir da agricultura irrigada;
- Cooperativas de beneficiamento de leite;
- Valorizar a cadeia produtiva da mangaba, inclusive criar o “Festival Internacional da Mangaba”;

9.ORÇAMENTO

- Orçamento democrático, com participação da população, publicização e clareza das informações orçamentárias;
- Reforço e revisão do Portal da Transparência do Município;
- Auditoria e renegociação da dívida municipal consolidada;
- Auditoria da dívida ativa (créditos a favor do município) e cobrança dos grandes devedores;
- Fim das isenções fiscais para as grandes empresas e estímulo às pequenas e microempresas.

10.CULTURA

- Ampliação do orçamento do município em Cultura;
- Integração dos sistemas cultural e educacional, incrementando atividades extracurriculares que propiciem o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural;
- Criar o Festival Afro Brasileiro de Cultura Multimídia;
- Criar o Museu da Cultura Junino;
- Fortalecer eventos festivos como o carnaval, as festas juninas e o réveillon;
- Investir na formação cultural, abrangendo as diversas linguagens artísticas, com atividades voltadas para diferentes grupos (adeptos do rock, do hip-hop, das histórias em quadrinhos e do RPG, das escolas de samba, entre outros), alcançando as comunidades das regiões periféricas da cidade;
- Criação de Calendário de Eventos: culturais, turísticos e outros tipos de eventos;
- Fortalecer e dinamizar as ações do Fundo Municipal de Cultura, objetivando maior participação dos produtores culturais da cidade;

- Criar o Programa Teia Teatral, destinado a incentivar e subsidiar a permanência de grupos teatrais de reconhecida importância para residência temporária e desenvolvimento de atividades de formação em teatros da cidade;
- Criar um programa permanente de apoio às comunidades das escolas de músicas que podem surgir com o incentivo municipal;
- Realizar censo cultural na cidade para identificar o que seus diversos atores culturais criam e produzem;
- Promover a adesão e a incorporação do município ao Sistema Nacional de Cultura, grande rede de informação e articulação entre atores da área.
- Participar do Plano Nacional do Livro e Leitura, cujo objetivo é promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas;
- Criar Pontos de Cultura no município, com apoio do Ministério da Cultura;
- Exposição itinerante nas escolas de obras dos diversos artistas da cidade, com palestras e atividades desses artistas com os alunos;
- Promover visitas dos alunos da rede municipal aos ateliês dos artistas da cidade e realizar oficinas no formato “ateliê aberto”;
- Criação das “sextas do forró”, em que uma vez por mês será feita uma mini-vila com atrações da época junina;
- Incrementar a participação em feiras do estado e do Brasil para divulgação da cultura estanciana;
- Construção da Casa da Literatura;
- Editais de fomento para Literatura local, espetáculos teatrais e de dança, além de shows musicais;
- Retorno da escola das artes com o intuito de fomentar novos artistas como também oferecer cursos de breve formação e extensão profissionalizante em vários segmentos artísticos locais;

- Criação da casa do artesão (local de fomento e vendas da nossa economia criativa, para atender uma longa reivindicação do artesanato local. Espaço que seria mantido e coordenado pelas associações de artesãos de Estância);
- Criação do Museu do Fogueteiro no bairro Porto D'Areia;
- Criação do Galpão para o desenvolvimento e confecção de fogos que seria mantido e administrado pelas associações dos fogueteiros;
- Garantir a destinação de 1% do orçamento para o Fundo Municipal de Cultura para aplicação em editais culturais;
- Criar o Festival de Artes e Cultura de Estância;
- Criação de Barracões culturais em diversas áreas da cidade, principalmente nas periferias;
- Construção do teatro municipal.

11. ESPORTE E LAZER

- Fortalecer as práticas esportivas na rede de escolas municipais, começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação do esporte em larga escala e em diferentes modalidades, até a descoberta de talentos para o esporte competitivo;
- Valorizar as demais dimensões do esporte: amador (por meio das respectivas ligas, clubes e demais organizações), recreativo, paraolímpico e não-olímpico;
- Implementar complexos poliesportivos, tanto na zona urbana, principalmente na zona rural e na região litorânea, inclusive com a construção do Ginásio Poliesportivo Coberto;
- Atrair eventos esportivos de grande porte;
- Aquisição de uma área na Lagoa Grande do Abaís para democratizar o acesso;
- Criar a “Gincana Municipal Pescador João Batista” em marés que acontecerá na última semana do inverno de cada ano;

- Criar a “Gincana Municipal Pescador Sebastião Almeida” no Oceano Atlântico que acontecerá na primeira semana do verão de cada ano;
- Valorizar o futebol de campo como espaço de convivência coletiva e democratizar o uso dos campos destinados à sua prática;
- Criar o projeto de lazer nos bairros, por meio de estrutura móvel (ônibus ou caminhão-baú), levando divertimento a todas as regiões da cidade, em especial as mais carentes e distantes;
- Implantar um fórum permanente entre a administração municipal, os clubes e a Liga de Futebol;
- Desenvolver o Programa Escola Aberta para promover a abertura das escolas públicas nos fins de semana, realizando atividades como torneios esportivos, capoeira, dança de salão, oficinas culturais, videoteca e palestras de interesse da comunidade;
- Implementar o Projeto “Ruas de Lazer” nos bairros;
- Assegurar a formação dos agentes sociais e dos servidores do Esporte e do Lazer, em parceria com os projetos sociais e universidades.

12. ASSISTENCIA SOCIAL / DIREITOS HUMANOS

- Estabelecer diretrizes para prestação de serviços sócio-assistenciais, definir padrões de qualidade e implementar mecanismos de controle e avaliação dos serviços das entidades parceiras da Prefeitura;
- Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção à família;

- Fortalecer o atendimento básico nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), a partir do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e, especialmente, do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF);
- Fortalecer concepção e a prestação dos serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a partir do serviço de proteção e atendimento especializado às famílias e indivíduos (PAEFI) e elaborar fluxos e protocolos de atendimento para as situações que requerem articulação integrada de políticas sociais (protocolo de combate à violência contra mulher, protocolo de atendimento às crianças e adolescentes, protocolo de atendimento aos idosos, protocolo de atendimento às pessoas com deficiência);
- Garantir equipes de referência formadas nos CRAS, de preferência multidisciplinares, visando o pleno atendimento da população que requer o serviço socioassistencial;
- Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência;
- Fortalecer à Rede Municipal de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica;
- Garantir o funcionamento da Casa dos Conselhos, como um espaço de articulação dos diversos conselhos municipais existentes e de divulgação das agendas e assuntos debatidos, a fim de que a população tome conhecimento e participe das reuniões dos conselhos, que terão o papel de avaliação permanente da qualidade das políticas públicas;
- Implantar no município o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com a participação de entidades que realizam o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de acolhimento, Conselhos de Direitos e Tutelares e Assistência Social;
- Aderir ao Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fomento e apoio a planos, programas e projetos municipais / regionais de atendimento protetor à criança e ao adolescente vítima de violência e ao adolescente em conflito com a lei, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos;

- Consolidar, ampliar, divulgar e qualificar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Fortalecer a Frente Regional de Combate à Violência à Mulher;
- Potencializar no nível municipal as ações do programa Brasil Sem Homofobia;
- Criar um programa municipal que garanta a integração dos programas de transferência de renda federal, estadual e municipal para ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Estabelecer estratégias para o fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social;
- Adequar a rede de Centros de Referência da Assistência Social (Cras) para atender a demanda do município nas regiões de maior vulnerabilidade, inclusive com a reativação de programas e fortalecimento dos existentes;
- Criar o Centro de Referência da Pessoa em Situação de Rua (CRPSR);
- Estabelecer diretrizes para prestação de serviços sócio-assistenciais, definir padrões de qualidade e implementar mecanismos de controle e avaliação dos serviços das entidades parceiras da Prefeitura;
- Aumentar a oferta de programas complementares, como microcrédito, capacitação profissional, alfabetização de adultos, cooperativismo e ações de educação, cultura, esporte e lazer para famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção à família;

13. POLITICA URBANA

- Implantar parques e praças nas comunidades carentes, dotando-os de segurança e descentralizando as práticas de cultura, esporte e lazer promovidas pela Prefeitura;
- Revisar e aplicar o Plano Diretor, especialmente o Princípio da Preempção;

- Estudar a ampliação do sistema viário com abertura de duas grandes avenidas perimetrais (Av. São João ligando a Cidade Nova ao Porto D'Areia e Av. Piauitinga, ligando a Cidade Nova ao Alecrim);
- Implantar o Plano Diretor de Arborização Urbana, com um sistema de espaços públicos abertos, a construção de 4 (quatro) "Parques Municipais", bem como a "Cidade da Criança";
- Realizar a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos e orientar sua adequada conservação;
- Melhorar as condições de acessibilidade nas calçadas e passeios públicos, inclusive com a possibilidade de racionalização de espaços para estacionamentos;
- Promover a revisão do Plano Diretor, buscando compatibilizar a ocupação do solo urbano com diretrizes que assegurem o desenvolvimento sustentável, e rever a legislação complementar já aprovada, visando sua simplificação.
- Elaborar, debater e negociar a legislação complementar ao Plano Diretor, especialmente as normas relativas às Operações Urbanas Consorciadas;
- Elaborar e aplicar a Lei das Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social) para viabilizar a urbanização e a regularização de assentamentos precários e loteamentos irregulares;
- Possibilidade revisão das tabelas de taxas de iluminação pública comercial e industrial;
- Elaborar legislação complementar para o Centro da cidade e centros de bairros, objetivando fomentar o comércio e estimular o uso residencial;
- Plano diretor digital, possibilitando acesso gratuito a internet.

14. POLITICA RURAL

- Implantação do Programa Saúde no campo;

- Revitalização da escola agrícola, trazendo a comunidade para participar das atividades lá desenvolvidas, fazendo um amálgama entre aprendizado popular e aprendizado formal;
- Reforma agrária a partir de iniciativa da prefeitura;
- Aprimorar os mecanismos de apoio aos agricultores como: central de distribuição de alimentos, bancos de alimentos, transporte e logística;

Implementar projeto piloto de ostreicultura (cultivo de ostras) em cativeiro, nos Povoados: Farnaval, Ouricuri e Tibúrcio

- Fortalecer as cooperativas e associações de produtores;
- Criação do “Festival Municipal de Sementes Criolas” sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
- Fortalecimento de laticínio associativo para potencializar a produção pelos pequenos agricultores;
- Realizar a melhoria e a manutenção dos cerca de 350 (trezentos e cinquenta) km de estradas vicinais e pontes, ligando os diversos povoados e assentamentos a sede do município;
- Universalizar o abastecimento de água em todos os povoados e assentamentos rurais;
- Incentivar a produção irrigada;
- Fortalecimento e incentivos aos Centros comunitários e às associações;
- Calçamento na parte central dos Povoados;

15. POLITICA DE EMPODERAMENTO DOS SEGMENTOS SOCIAIS ESPECÍFICOS

15.1 - Mulheres

- Fortalecer o funcionamento do Centro de Referência da Mulher;
- Fortalecer e ampliar os programas de Saúde da Mulher;

- Criar políticas que fortaleçam a inserção da mulher no mercado de trabalho;
- Implementar o Protocolo de combate às diversas formas de violência contra mulher;
- Criar o Sistema Integrado de Informação para o fortalecimento da rede de proteção e atendimento à mulher;
- Fortalecer e expandir a atuação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres;
- Humanizar o atendimento da mulher vítima de violência;
- Implementar políticas que contribuam para redução da gravidez na adolescência;
- Criar programas de ressocialização de mulheres egressas do sistema prisional;
- Construir a Casa Abrigo para as mulheres vítimas de violência.
- Priorizar atendimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica na Rede Municipal de Saúde;

15.2 - Promoção da Igualdade Racial

- Garantir a realização de atividades em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra;
- Criar o Conselho Municipal de Combate ao Racismo e de definição de políticas públicas;
- Valorizar a cultura, a identidade e os espaços das populações pretas;
- Promover ações articuladas de políticas públicas direcionadas à juventude preta;
- Estabelecer o quesito cor em todas as pesquisas e formulários, especialmente nos relacionados ao Sistema de Saúde, de maneira a identificar doenças com maior incidência junto à população preta;

- Incentivar o empreendedorismo e as ocupações alternativas, com ênfase nas cooperativas de trabalho;
- Mitigar as ações violentas praticadas pelos agentes públicos de segurança contra a população preta juvenil;
- Incentivar a pesquisa da cultura ancestral de pretos da região, especialmente do Porto N'Angola.

15.3 - Diversidade Sexual

- Fortalecer o Núcleo de Diversidade Sexual e Direitos Humanos;
- Implementar políticas públicas direcionadas à diversidade sexual;
- Garantir espaços de participação dessa população na definição das políticas e programas;
- Criar o Conselho Municipal LGBTQIA+;
- Criar o Sistema Integrado de Informação para o fortalecimento da rede de proteção e atendimento à população LGBTQIA+.
- Criar políticas de inserção da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho.

15.4 - Criança e Adolescente

- Correção salarial para os Conselheiros Tutelares;
- Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Criar o Sistema Integrado de Informação para o fortalecimento da rede de proteção e atendimento à criança e ao adolescente;
- Fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares;

- Mapear os pontos de incidência da exploração do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Aplicar os recursos do fundo da Criança e do adolescente em programas e projetos de as necessidades locais;
- Realizar busca ativa e incluir as crianças e adolescentes no sistema de garantia de direitos;
- Estreitar diálogo com o Ministério Público e com a Vara da Infância, na perspectiva de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Implementar plano de combate a revitimização no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência;

15.5 - Juventude

- Criar e incentivar a ocupação de espaços públicos pela juventude;
- Implementar projetos de inclusão digital;
- Fortalecer a oferta de educação profissional;
- Criar o Centro de Referência da Juventude;
- Criar o Festival Municipal da Juventude - FMJ;
- Criar o Circuito de Cultura e Artes da Juventude;
- Criar o Conselho Municipal da Juventude;
- Implementar políticas de assistência estudantil para a permanência no ensino técnico e universitário;
- Criar o Programa Caminhos da Universidade - PCU;
- Fortalecer o Programa Bolsa Atleta - PBA;
- Ampliar e fortalecer a assistência psicossocial às juventudes urbana, camponesa e das praias.
- Implementar Programas de Geração de Emprego e Renda para a juventude.

15.5 - População Idosa

- Ampliar os espaços assistenciais voltados para o atendimento da pessoa idosa, com profissionais especializados;
- Ampliar as visitas domiciliares para atendimento multiprofissional para a pessoa idosa com mobilidade prejudicada;
- Fortalecer um protocolo para agilizar o atendimento na atenção básica especialidades e exames complementares;
- Implantar modelo de trabalho voltado para humanização, estimulando atitudes de acolhimento e cuidados individualizados;
- Investir na formação continuada dos profissionais que atuam junto à pessoa idosa;
- Criar projetos de qualificação e capacitação para profissionais que trabalham com a pessoa idosa;
- Retomar atividades físicas direcionadas à população idosa nos bairros.
- Fortalecer o Conselho da Pessoa Idosa;
- Criar uma casa de acolhimento, atenção, desenvolvimento e abrigamento da pessoa idosa.

15.6 - Pessoa com Deficiência

- Criar o Cadastro Municipal da pessoa com deficiência, incluindo os encaminhamentos a outras políticas;
- Fomentar os programas esportivos e culturais para pessoas com deficiência;
- Garantir as bolsas de estudos para deficiente intelectual;
- Promover a inserção de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com acompanhamento pedagógico;
- Disponibilizar condução da pessoa com deficiência e seu acompanhante de sua residência aos serviços públicos.

16. TURISMO

- Criar a Secretaria Municipal de Turismo - SeTUR;
- Criar o Conselho Municipal de Turismo;
- Criar o Fórum Municipal de Turismo;
- Organizar e gerir os dados relevantes ao planejamento do turismo, agrupando-os em um sistema informatizado;
- Construir o Plano Municipal de Turismo - PMT;
- Deflagrar um processo de debate com representantes de todos os setores relacionados com o Turismo no município;
- Possibilitar a construção de instrumentos de participação permanente da sociedade civil organizada e das comunidades no processo do desenvolvimento turístico;
- Estabelecer uma comissão temporária, constituída por Decreto Municipal, com objetivos, atribuições, componentes e prazo para a formatação do PMT;
- Instituir, por Decreto Municipal, o Fórum Permanente de Discussão, acompanhamento e avaliação do PMT do Município;
- Sensibilizar a sociedade quanto à compreensão da importância do setor turístico para a geração de emprego, melhoria da renda e das condições de vida;
- Orientar aos empreendimentos, equipamentos e prestadores de serviços turísticos a efetivarem o cadastramento no CADASTUR;
- Criar o Cadastro Municipal Individual dos prestadores autônomos de serviços turísticos (condutores, vendedores ambulantes, artesãos e outros);
- Promover a capacitação do pessoal envolvido com o setor;
- Desenvolver Programas de garantia e melhoria de qualidade de produtos e serviços;
- Elaborar planos de divulgação e marketing institucional;
- Criar a 'marca' para o turismo;

- Elaborar os roteiros turísticos do segmento 'Turismo Cultural';
- Elaborar os roteiros turísticos do segmento 'Turismo de Sol e Praia';
- Elaborar o roteiro 'Caminhos de Jorge Amado';
- Elaborar o roteiro 'Circuito do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico';
- Elaborar o roteiro do segmento Turismo Industrial 'Circuito Fios e Memórias';
- Elaborar o roteiro do segmento Turismo Gastronômico 'Sabores e Saberes Estancianos';
- Elaborar os roteiros turísticos do segmento Turismo de Base Comunitária 'Caminhos do Campo';
- Elaborar os roteiros do segmento Ecoturismo;
- Elaborar em parceria com a Secretaria de Cultura, o calendário de eventos;
- Capacitar à mão-de-obra envolvida na cadeia produtiva do turismo;
- Promover a integração com outros níveis da Administração Pública Estadual e Federal;
- Promover a integração com outros setores e atividades econômicas.

GOVERNABILIDADE

Essas propostas vão exigir um diálogo permanente entre Executivo e a Câmara Municipal, balizado pela ética política, pelo respeito mútuo e pela capacidade de estabelecer convergências em projetos de interesse sócio coletivo, sendo os poderes da república independentes e harmônicos, neste sentido trabalharemos junto aos vereadores eleitos e seus partidos para compor um bloco democrático na Câmara, com aqueles que estejam dispostos a se somar ao nosso plano de trabalho legitimado nas urnas, para a próxima legislatura.

Outro lastro importante para obtermos êxitos na governabilidade será a formação de um conselho de desenvolvimento composto pelos movimentos sociais, associações comunitárias, entidades de classe, igrejas, ONG, todos num Fórum permanente de políticas públicas que a acompanhará as ações do governo e manterá uma mobilização para colaborar no dialogo programático e com parlamento municipal.

Estância/SE, Agosto de 2024.